Autopass S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023

KPDS 1402769

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **12**

Balanço patrimonial **15**

Demonstração do resultado **16**

Demonstração do resultado abrangente **17**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **18**

Demonstração dos fluxos de caixa **19**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **20**

INTRODUÇÃO À OPERAÇÃO CORE DA AUTOPASS: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PREZADOS ACIONISTAS E STAKEHOLDERS,

Com uma visão abrangente de sua operação central, reafirmando seu posicionamento como a maior empresa de bilhetagem *full service provider* da América Latina, a Companhia se dedica a impulsionar a mobilidade urbana, facilitando o acesso ao transporte público para milhões de usuários. Através de um ecossistema integrado, a Autopass oferece soluções completas, desde a emissão de bilhetes até o atendimento ao cliente, empregando tecnologia de ponta para assegurar eficiência, segurança e conveniência em todas as etapas do processo.

NÚCLEO DA OPERAÇÃO: TRANSAÇÕES DE TRANSPORTE

O volume de transações de transporte representa o alicerce da operação da Autopass. A cada validação de um cartão ou bilhete, dos mais de 3.5 milhões de clientes, das mais de 4 mil cidades, nos diversos modais de transporte integrados, a Companhia garante que a transação seja processada de forma ágil, precisa e segura. A infraestrutura robusta que suporta essas operações é fundamental para a otimização do fluxo de passageiros nos sistemas de transporte público das cidades em que atuamos.

INOVAÇÃO EM BILHETES: QR CODE

A emissão de bilhetes do tipo QR Code simboliza um avanço significativo na modernização da bilhetagem eletrônica. Essa tecnologia possibilita aos usuários adquirir e utilizar seus bilhetes diretamente por meio de seus dispositivos móveis,

dispensando a necessidade de cartões físicos e agilizando o processo de embarque. A Autopass tem investido continuamente na expansão e no aprimoramento desse sistema, visando ampliar sua acessibilidade e confiabilidade.

VOLUME DE VENDAS: BILHETES

O volume de transações de vendas de todas as aplicações de transporte superou a marca de R$3 bilhões de reais, refletindo a confiança dos usuários nas soluções oferecidas e a abrangência da rede de distribuição. Para além disso, igualmente demonstra que toda estrutura de backoffice da Companhia suporta volumes equivalentes aos sistemas de varejo, reafirmando nosso compromisso em investir em tecnologias de ponta para sustentar um direito tão essencial quanto ao direito de ir e vir dos usuários do sistema de transporte público. A Companhia se dedica a otimizar seus canais de venda, buscando proporcionar a melhor experiência de compra para todos os perfis de passageiros.

CANAIS DE ATENDIMENTO: UMA ABORDAGEM MULTICANAL ESTRATÉGICA

A Autopass reconhece a importância de estar presente nos canais de comunicação preferidos por seus clientes. Nesse sentido, a Companhia investe em uma ampla gama de canais de atendimento, cada um projetado para atender às necessidades específicas dos usuários:

WHATSAPP

O atendimento via WhatsApp oferece conveniência e agilidade, permitindo que os passageiros obtenham suporte e soluções de forma rápida e eficiente, diretamente de seus smartphones. Este canal representou um volume de R$66 milhões de reais em venda de créditos eletrônicos de transporte, além de XX

atendimentos realizados de forma totalmente automatizada através de inteligência artificial.

MÁQUINAS DE AUTOATENDIMENTO

Estrategicamente localizadas em pontos de grande circulação e com cerca de 750 máquinas espalhadas por todo sistema metropolitano de transporte, como estações de trem e metrô, as máquinas de autoatendimento proporcionam aos usuários a conveniência de adquirir seus bilhetes e recarregar seus cartões de forma autônoma, 24 horas por dia, 7 dias por semana, ou porquanto as estações estiverem acessíveis ao público. Este sistema de autoatendimento vendeu mais de R$800 milhões em créditos de transporte, equivalente a 18 milhões de transações/ano.

REDE DE VENDAS CREDENCIADA

A Autopass mantém uma extensa rede de estabelecimentos comerciais credenciados, como farmácias, bancas de jornal e mercados, onde os passageiros podem adquirir seus bilhetes e recarregar seus cartões com praticidade. A capilaridade é essencial para que os usuários do sistema público de transporte se desloquem a menor distância possível para adquirir seus créditos e possam utilizar o transporte da forma mais eficiente possível. Este modal atingiu a marca de R$90 milhões de reais comercializados.

APLICATIVO MOBILE TOP

O aplicativo TOP oferece uma experiência completa de bilhetagem eletrônica, permitindo aos usuários comprar bilhetes, recarregar cartões e ainda utilizar seus bilhetes QR Code diretamente de seus smartphones, além de fornecer informações relevantes sobre horários, itinerários e tarifas. Sólido e sempre se

reafirmando na rotina dos nossos clientes, hoje o aplicativo representa aproximadamente 13% do total de créditos comercializados em todo sistema, demonstrando ser o melhor caminho para o processo de digitalização de toda cadeia de transporte. Nosso atingiu a marca de 1.3 milhões de acessos distintos mensais, ou, se preferirem, 140 mil acessos distintos por dia, para consultas, compras e acesso a outros temas que sejam de interesse dos nossos clientes.

QUALIDADE DO ATENDIMENTO

A Autopass está comprometida em assegurar a excelência do atendimento em todos os seus canais. Para tanto, a Companhia investe em programas de treinamento e capacitação de seus colaboradores, além de utilizar tecnologias de monitoramento e análise de dados para identificar oportunidades de melhoria contínua e garantir a satisfação de seus clientes.

EXPANSÃO DA AUTOPASS NO SEGMENTO DE BILHETAGEM E MOBILIDADE: RUMO A UM FUTURO INTEGRADO

A Autopass, ciente de seu papel estratégico no ecossistema de mobilidade urbana, estabeleceu como meta prioritária a expansão de sua atuação no segmento de bilhetagem e soluções de mobilidade. Ao longo do exercício de 2024, a administração da empresa direcionou todos os esforços e investimentos necessários para concretizar essa visão ambiciosa, buscando fortalecer sua posição como líder e referência no setor, tanto é que adiantou R$ 11 milhões para fornecedores estratégicos de software e hardware para alavancagem deste crescimento. Um dos pilares da estratégia de expansão da Autopass também foi o investimento maciço em infraestrutura tecnológica. Reconhecendo que a inovação é fundamental para atender às demandas de um mercado em constante evolução, a empresa priorizou a modernização de seus sistemas, a adoção de novas tecnologias e o desenvolvimento de soluções disruptivas.

Entre as iniciativas implementadas, destacam-se:

Atualização das plataformas de bilhetagem: A Autopass investiu na modernização de suas plataformas de bilhetagem, tornando-as mais eficientes, seguras e escaláveis. Essa atualização permitiu a empresa suportar um volume crescente de transações, garantir a segurança dos dados dos usuários e oferecer uma experiência de pagamento mais fluida e intuitiva;

Desenvolvimento de aplicativos de mobilidade: A empresa investiu R$4.7 milhões em novo aplicativo *mobile*, que integram diversas funcionalidades, como compra de passagens, consulta de horários de ônibus, planejamento de rotas e informações sobre o trânsito em tempo real, para além de ser modular e conectar tecnologias e serviços alheios ao segmento de mobilidade. Esses aplicativos visam facilitar a vida dos usuários, oferecendo soluções completas e integradas para suas necessidades de deslocamento;

Implementação de sistemas de gestão de frotas: A Autopass desenvolveu e integrou sistemas de gestão de frotas, que permitem às empresas de ônibus otimizar seus custos operacionais, melhorar a eficiência de suas operações e oferecer um serviço de transporte público mais confiável e seguro. Esses sistemas utilizam tecnologias avançadas, como GPS, telemetria e inteligência artificial, para monitorar o desempenho dos veículos, controlar o consumo de combustível e identificar padrões de comportamento dos motoristas;

Expansão e implementação da rede de aceitação de cartões *contacless* (EMV): A Autopass deu um passo significativo no avanço tecnológico do transporte público metropolitano ao expandir a aceitação de seu produto *EMV*, permitindo que cartões *contacless* sejam usados nos sistemas de transporte. Este investimento estratégico não apenas moderniza o transporte coletivo, mas também marca um importante marco rumo à digitalização dos serviços prestados. A introdução destes cartões reforça o compromisso da

Autopass em oferecer soluções inovadoras, garantindo uma experiência de viagem mais fluida e conveniente para milhões de usuários, ao mesmo tempo que contribui para a eficiência operacional do sistema de transporte.

Ao adotar a tecnologia EMV, os usuários usufruem da praticidade de pagar suas tarifas com um simples toque, eliminando a necessidade de carregar dinheiro em espécie. Esta iniciativa não apenas aprimora a conveniência, mas também fortalece a segurança do sistema como um todo, uma vez que traz transações protegidas e confiáveis, minimizando riscos associados ao manuseio de dinheiro e ao uso de cartões tradicionais. Com esta expansão, o produto *EMV* não só transforma a maneira como os passageiros interagem com o transporte público, mas também posiciona a Autopass na vanguarda do inovador processo de digitalização das cidades.

Expansão da Rede de Parceiros

Além dos investimentos em tecnologia, a Autopass também priorizou a expansão de sua rede de parceiros, buscando estabelecer alianças estratégicas com empresas de diversos setores como tecnologia, varejo e serviços financeiros. Essas parcerias visam ampliar o alcance da empresa, oferecer soluções mais completas e integradas e fortalecer sua posição no mercado, expandindo a capilaridade de suas linhas de receita.

Entre as parcerias firmadas, destacam-se:

Alianças com empresas de varejo: A Autopass firmou aliança com a SuperTroco onde os clientes da Autopass, através do aplicativo *mobile,* poderão adquirir seus créditos eletrônicos de transporte ou bilhete unitário do tipo QRcode e, em adição, poderão também adquirir créditos Super Troco no *checkout*, concorrendo a sorteios e prêmios, dando mais praticidade e chances de ganhar, tudo em um só lugar.

NOSSOS NÚMEROS: O REFLEXO DO CRESCIMENTO DA COMPANHIA

O CRESCIMENTO COMPARADO: 2024 versus 2023

	2024	2023	Var%
Receita Líquida	262.284	234.344	10,2%
Reequilíbrio contratual/baseline	-	38.405	-100%
Receita Líquida	262.284	272.749	-12,6%
Lucro Líquido	11.211	31.571	-64,5%

Receita: Em 2024, elevamos nosso faturamento em relação a 2023 (excluindo-se o reequilíbrio contratual que foi algo pontual), impulsionados pelo aumento no número de utilizações (catracadas) e pela diversificação das fontes de receita. Esse crescimento sustentável nos oportunizou não mais acionar quaisquer tipos de gatilhos contratuais para garantir o equilíbrio da operação, evidenciando a solidez e a perenidade da nossa operação *core*.

Custos, despesas gerais administrativas e comerciais

No exercício de 2024, tivemos uma redução de nosso lucro de R$ 20,3 milhões, sendo R$10,5 milhões referente a alocação de recursos em iniciativas estratégicas voltadas para a modernização das plataformas de bilhetagem e para a expansão das operações da Companhia. Destinação de R$ 6,3 milhões para despesas associadas às instalações corporativas, visando prover a infraestrutura necessária para suportar o crescimento projetado e uma redução de R$ 3,5 milhões na receita financeira, em decorrência da necessidade de utilização do caixa para sustentar o crescimento das operações da Companhia.

Em decorrência dos investimentos supracitados, o saldo de Caixa e Equivalentes registrou uma redução, totalizando R$ 47,2 milhões em 2024, em comparação com R$ 94,1 milhões no exercício de 2023. Não obstante, a Companhia projeta uma recuperação gradual na geração de caixa nos próximos períodos, impulsionada pela expansão e otimização operacional.

CONSOLIDAÇÃO E PROJEÇÕES PARA O FUTURO

Ao término do exercício de 2024, a Autopass reafirma sua posição de liderança no mercado de bilhetagem e soluções de mobilidade urbana na América Latina, consolidando-se como um *full service provider* essencial para a otimização do transporte público em mais de 4 mil cidades.

Apesar de um cenário desafiador, marcado por investimentos estratégicos na modernização das plataformas de bilhetagem, na expansão da atuação e no fortalecimento dos canais de atendimento, a Autopass demonstra resiliência e capacidade de adaptação. A receita líquida, impulsionada pelo aumento no número de utilizações e pela diversificação das fontes de receita, apresentou um crescimento notável em relação a 2023, evidenciando a solidez da operação core da Companhia.

Os investimentos realizados em 2024, embora tenham impactado o EBITDA e o lucro líquido no curto prazo, são fundamentais para o crescimento sustentável e a perenidade da Autopass. A modernização das plataformas de bilhetagem, a expansão da rede de aceitação de cartões contactless (EMV), o desenvolvimento de aplicativos de mobilidade e a implementação de sistemas de gestão de frotas representam um compromisso com a inovação e a melhoria contínua dos serviços prestados aos usuários do transporte público.

A Autopass reconhece a importância de estar presente nos canais de comunicação preferidos por seus clientes, investindo em uma ampla gama de canais de atendimento, como WhatsApp, máquinas de autoatendimento, rede de vendas credenciada e aplicativo mobile TOP. A expansão da rede de parceiros, por meio de alianças estratégicas com empresas de diversos setores, também é um fator chave para o crescimento e a diversificação das linhas de receita da Companhia.

Para o exercício de 2025, a Autopass projeta uma recuperação gradual na geração de caixa, impulsionada pela expansão da atuação, pela otimização operacional e pela consolidação dos investimentos realizados em 2024. A Companhia espera colher os frutos da modernização das plataformas de bilhetagem, da expansão da rede EMV e do desenvolvimento de aplicativos de mobilidade, oferecendo soluções mais eficientes, seguras e convenientes para os usuários do transporte público.

A Autopass está confiante em sua capacidade de superar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentam no mercado de mobilidade urbana. A Companhia reafirma seu compromisso com a inovação, a excelência no atendimento e a busca constante por soluções que facilitem o acesso ao transporte público e melhorem a qualidade de vida das pessoas.

Por fim, a administração da Autopass agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e stakeholders que contribuíram para o sucesso da Companhia em 2024 e renova seu compromisso de continuar trabalhando em prol de um futuro mais conectado, eficiente e sustentável para a mobilidade urbana.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Autopass S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopass S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopass S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Concentração das operações

Conforme mencionado na Nota explicativa 1, a Companhia celebrou um contrato com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) pelo prazo de 20 anos. As receitas provenientes do contrato com a ABASP representam, em 31 de dezembro de 2024, 73% do total das receitas da Companhia (91% em 31 de dezembro de 2023).

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

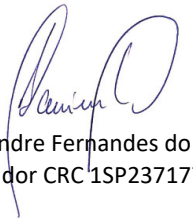
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de Março de 2025
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alexandre Fernandes do Nascimento
Contador CRC 1SP237177/O-3

Autopass S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	47.230	94.100
Caixa restrito	16.2	6.960	7.604
Contas a receber	6	38.549	20.527
Impostos a recuperar	8	9.158	7.132
Imposto de renda e contribuição social	8	-	5.327
Outros créditos	7	25.336	5.063
Despesas antecipadas		318	187
Total ativo circulante		**127.551**	**139.940**
Ativo não circulante			
Caixa restrito	16.2	-	6.947
Impostos diferidos	27	14.023	11.774
Propriedade para investimento	10	2.870	2.870
Outros créditos	7	26	18
Outros investimentos		2.500	1.250
Imobilizado	11	54.439	44.299
Intangível	12	88.904	78.164
Total ativo não circulante		**162.762**	**145.322**
Total do ativo		**290.313**	**285.262**
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	13	29.303	44.485
Fornecedores	14	26.984	24.703
Obrigações tributárias e trabalhistas	15	6.926	11.214
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	24.098	25.725
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		3.167	4.014
Arrendamentos	17	6.979	6.333
Adiantamento de clientes	18	3.458	3.458
Outras contas a pagar	19	259	311
Total do passivo circulante		**101.174**	**120.243**
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	5.509	29.565
Arrendamentos	17	23.527	9.232
Adiantamento de clientes	18	19.009	22.468
Outras contas a pagar	19	52.965	33.195
Provisão para contingências	20	299	755
		101.309	**95.215**
Patrimônio líquido			
Capital social	21.a	59.779	59.779
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21.a	13.400	-
Reserva legal	21.b	6.658	6.098
Reserva de lucros	21.d	30.146	26.080
Reserva de lucros não realizada	21.e	2.213	2.213
Outras reservas	21.f	(24.366)	(24.366)
		87.830	**69.804**
Total do passivo e patrimônio líquido		**290.313**	**285.262**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	2024	2023
Receita líquida de vendas	23	262.284	272.749
Custos dos serviços prestados	24	(161.685)	(166.202)
Lucro bruto		**100.599**	**106.547**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(46.566)	(40.925)
Despesas comerciais	24	(13.924)	(5.487)
Outras despesas	25	(21.518)	(31.969)
Outras receitas	25	94	17.010
		(81.914)	**(61.371)**
Lucro operacional antes das despesas financeiras líquidas e impostos		**18.685**	**45.176**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	26	(14.131)	(15.411)
Receitas financeiras	26	4.411	7.938
Resultado financeiro líquido		**(9.720)**	**(7.473)**
Resultado de equivalência patrimonial		(4)	(41)
Lucro antes de impostos de renda e da contribuição social		**8.961**	**37.662**
(-) Imposto de renda e contribuição social - correntes	27	-	(422)
(-) Imposto de renda e contribuição social - diferidos	27	2.250	(5.669)
		2.250	**(6.091)**
Lucro do exercício		**11.211**	**31.571**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro do exercício	11.211	31.571
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**11.211**	**31.571**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de Lucros			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) Acumulados	Outras Reservas	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros não realizados				
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**55.745**	**4.519**	**6.202**	**2.213**	**-**	**-**	**(24.366)**	**44.313**
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	31.571	-	31.571
Reserva legal		-	1.579	-	-	-	(1.579)	-	-
Distribuição de Dividendos	21.d	-	-	-	-	-	(10.114)	-	(10.114)
Destinação para reserva de lucros		-	-	19.878	-	-	(19.878)	-	-
Aumento de capital social	21.a	4.034	-	-	-	-	-	-	4.034
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**59.779**	**6.098**	**26.080**	**2.213**	**-**	**-**	**(24.366)**	**69.804**
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	11.211	-	11.211
Reserva legal		-	560	-	-	-	(560)	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21.a	-	-	-	-	13.400	-	-	13.400
Distribuição de Dividendos	21.d	-	-	-	-	-	(6.585)	-	(6.585)
Destinação para reserva de lucros		-	-	4.066	-	-	(4.066)	-	-
Aumento de capital social	21.a	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**59.779**	**6.658**	**30.146**	**2.213**	**13.400**	**-**	**(24.366)**	**87.830**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Autopass S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		11.211	31.571
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		43.196	55.128
Ganho (perda) sobre baixas de ativo imobilizado		36	725
Baixa de ativos intangíveis		300	1.151
Reversão (constituição) de provisão para demandas judiciais		(456)	8.952
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	3.254
Variação monetária, encargos financeiros e juros		8.443	13.930
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil		4.812	879
Encerramentos antecipados de contratos de arrendamento		(610)	(327)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos		(2.250)	5.669
Outras transações		19.695	18.901
Decréscimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(18.022)	(31.049)
Impostos a recuperar		(2.026)	221
Outros créditos e despesas antecipadas		(20.416)	(13.861)
Fornecedores		2.281	(8.082)
Obrigações tributárias e trabalhistas		1.039	321
Bilhetagem eletrônica		(15.182)	21.767
Adiantamento de clientes		(3.459)	6.686
Pagamento de demandas judiciais		-	(1.754)
Outras contas a pagar		(53)	(105)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**28.539**	**113.977**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(5.749)
Juros e encargos financeiros pagos	16	(10.688)	(13.878)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**17.851**	**94.350**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Investimentos em títulos públicos		-	7.005
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(43.234)	(34.407)
Outros investimentos		(1.250)	(1.250)
Caixa usado nas atividades de investimentos		**(44.484)**	**(28.652)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento e Aumento de capital social		13.400	-
Antecipação e pagamento de dividendos		(7.431)	(3.567)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos obtidos junto à terceiros	16	(27.169)	(30.263)
Investimentos em caixa restrito		7.591	6.763
Pagamentos de arrendamento mercantil	17	(6.628)	(7.027)
Caixa usado nas atividades de financiamentos		**(20.237)**	**(34.094)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(46.870)**	**31.604**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		94.100	62.496
No fim do exercício	5	47.230	94.100
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**(46.870)**	**31.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Autopass S.A. ("Autopass" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Rua cel. Joaquim Ferreira Lobo, 253, São Paulo, SP, tendo como objeto principal a gestão de sistemas de bilhetagem, com a automação e gestão de operações de pagamento antecipado de viagens realizadas por qualquer modal de transporte coletivo, além da intermediação de negócios vinculados à atividade de transporte de passageiros e à comercialização de cartões e créditos de vale-refeição, vale-alimentação, podendo ainda participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

O sistema de bilhetagem da Companhia atende além do Consórcio Metropolitano de Transportes ("CMT"), a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) para implantar, operar, manter e ampliar a Bilhetagem Eletrônica da ABASP, em benefício de suas associadas, pelo prazo de 20 anos, além de operações municipais espalhadas pelo Estado de São Paulo, bem como tem ampla rede de vendas, entre as 3 maiores, credenciada junto a São Paulo Transportes S.A. ("SPtrans"), para comercialização e validação dos créditos do tipo Bilhete Único.

Decorrente deste novo contrato celebrado com a ABASP em abril de 2020, nasce o Projeto TOP, dividido em 2 fases. A primeira fase cuidou de substituir os bilhetes edmonson pelos bilhetes unitários do tipo QRcode. A segunda fase cuidou de substituir os cartões BOM para o cartão múltiplo TOP, dotado de características e tecnologias que possibilitam sua utilização no sistema de bilhetagem e acesso a serviços financeiros, para além de outros benefícios, pois oferece através de uma conta digital, um cartão com a bandeira Mastercard nas funções de débito e crédito.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelos Conselho Federal de contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R$) e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

3 Principais práticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em contrapartida ao serviço prestado para seus clientes, conforme obrigação de desempenho acordada entre Companhia e seus clientes.

As receitas de taxa de credenciamento, decorrentes da operação de venda de créditos de passagens eletrônicas, são apropriadas ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários.

As receitas decorrentes de serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica), bem como outros serviços prestados à clientes, são apropriadas no resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas – isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte.
As receitas de taxas de emissão de segunda via de cartão e as taxas de entrega em domicílio são reconhecidas no resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.

Obrigação de desempenho e política de reconhecimento de receita
A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	**Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas**	**Política de reconhecimento da receita**
(a) Serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos (bilhetagem eletrônica)	Receita referente contratos estabelecidos com a Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros do Estado de São Paulo (ABASP) e com o Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), no qual a Companhia recebe um % sobre o total transportado, com pagamento antecipado. A Companhia tem firmado contrato com a City Transporte para fazer a gestão da bilhetagem no município do Guarujá, no entanto com pagamento fixo mensalmente após a prestação do serviço.	Receita apropriada ao resultado quando as obrigações de desempenho são atendidas – isto é, mediante a utilização dos créditos eletrônicos pelos usuários de transporte, exceto no contrato com o cliente City Transportes, onde o valor da remuneração é fixo pela gestão da bilhetagem.
(b) Serviços de venda de créditos de passagens eletrônicas	Receita de taxas de credenciamento pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas. Os pedidos são realizados no site da Autopass, no qual é efetuado a cobrança de taxa de credenciamento/administrativa, pelo serviço de recarga e gerenciamento de créditos de vale-transporte, mediante os pagamentos dos boletos pelos clientes.	Receita é apropriada ao resultado de acordo com o processamento da liberação dos respectivos créditos nos cartões eletrônicos de transportes para os seus respectivos usuários.
(c) Serviços de Intermediação	Receita de comissão sobre a venda de crédito “Bilhete Único”, no qual a Autopass é Credenciada.	Receita apropriada ao resultado através do total vendido mensalmente, aplicando as taxas acordadas entre a Companhia e o cliente.
(d) Prestação de serviços de emissão da 2ª via de cartões eletrônicos e taxa de entrega	A operação de taxa 2° via, refere-se a cobrança ao cliente pela emissão de um novo cartão nos pontos de atendimento, por motivo de perda ou furto. O pagamento ocorre na forma a vista no momento da emissão do cartão.	Receita apropriada ao resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.
(e) Licença software de bilhetagem eletrônica e sublocação de hardware	Comercialização do software de bilhetagem eletrônica (SBE) e Receita de Sublocação de hardware (validadores) decorrente da expansão.	Receita apropriada ao resultado quando a obrigação de entregar são efetivadas.

3.2 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

a.1 Ativos financeiros

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros, segundo a CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras e outras contas a receber.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Em dezembro de 2024, a Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto as aplicações financeiras, pois são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros
Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

a.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração
No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente – outros passivos financeiros
A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
São os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de cash flow hedge. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

- Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento de passivos financeiros
Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

a.3 Instrumentos financeiros – apresentação líquida
Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata (em até 90 dias) em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são

avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

3.4 Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revistos quando a Companhia identifica mudanças no ambiente em que opera e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são as seguintes:

Ativo imobilizado	**Vidas úteis estimadas**
Móveis e utensílios	10
Instalações	5 a 10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 5

3.5 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros e projetos de desenvolvimento de novas tecnologias. A vida útil dos ativos intangíveis foi avaliada pela Companhia como definida.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização de um ativo intangível de vida útil definida são revistos sempre que houver indicação de mudanças na vida útil deste ativo.

Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Taxas de amortização

Os ativos intangíveis foram amortizados à taxa anual, como segue:

	Vidas úteis estimadas	
Ativo intangível	**2024**	**2023**
Licenças de Software	**5**	**5**
Projetos desenvolvidos internamente	**3 a 5**	**5**

3.6 Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período.

Para testes de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, os ativos são agrupados na menor unidade possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). O valor recuperável das UGCs corresponde ao seu valor justo.

A determinação das UGCs tem como base, principalmente, o fato de ser a menor unidade com monitoramento para fins gerenciais.

Para avaliar o valor em uso, a Companhia considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas de mercado, demanda e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto. Para ativos que não *goodwill*, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é representada por imóvel (unidades) construído mantido para futuras negociações. A propriedade para investimento é reconhecida pelo valor de custo.

3.8 Bilhetagem eletrônica – vendas de créditos

Através de rede de vendas, própria e terceirizada, a Companhia efetua a captação de valores para utilização no transporte público.

As transações de saldos de bilhetagem eletrônica apresentadas nas demonstrações financeiras referem-se a saldos a pagar (repasses) e a receber decorrente da comercialização dos produtos oferecidos no sistema de bilhetagem eletrônica pelas empresas de transportes coletivos, conforme contratos firmados entre as partes para gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, bilhetagem e remição.

Os valores a receber de rede de vendas e parceiros são relacionados às vendas de créditos eletrônicos registrados pelo valor adquirido, líquidos das taxas de administração. A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de crédito e, substancialmente, exige garantias reais de seus parceiros e rede de vendas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e os títulos são reclassificados para o não circulante, sendo registrada uma perda estimada com créditos em contrapartida as despesas com vendas na demonstração de resultado.

Transações pendentes de repasse referem-se aos valores das vendas de créditos eletrônicos de passagens para transporte coletivo realizadas pela rede de vendas e parceiros. Os prazos de recebimento de parceiros e rede de vendas são inferiores a 7 (sete) dias úteis.

3.9 Provisões para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

3.10 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se se pretende realizá-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se pretende realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 - meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

3.11 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.12 Benefícios à empregados

Os salários e benefícios concedidos à empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros) e, remuneração variável, tais como bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.13 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

3.14 Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para os exercícios findos em 2024 e 2023, não foram apurados tais tributos a pagar. No entanto, durante o exercício de 2023 foram recolhidas a título de estimativas R$ 3.556 de imposto de renda e R$ 1.153 de contribuição social, que constituirão créditos tributários para o exercício de 2024.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação das leis fiscais. Essa avaliação é fundamentada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Se novas informações forem disponibilizadas e que levarão a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

3.15 Tributos sobre prestações de serviços

Alíquotas para contribuição do PIS e da COFINS são 1,65% e 7,60%, respectivamente (regime não cumulativo), reduzidos de créditos apurados pelos mesmos percentuais dos impostos sobre valores de determinados custos e despesas, diretamente atribuíveis à operação.

As receitas de prestação de serviço são também tributadas pelo ISS-QN por alíquotas que variam entre 2% e 5%.

3.16 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

• As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

• Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
• Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas, prospectivamente, no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 11 e 17 - Ativo de direito de uso (Arrendamentos) – Definição do período de arrendamento.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado** – Determinação da vida útil para depreciação do ativo imobilizado, bem como do valor recuperável dos ativos.

- **Nota Explicativa nº 12 - Intangível** – Determinação da vida útil para amortização dos softwares e projetos, bem como do valor recuperável dos ativos.

- **Nota explicativa nº 20 – Provisão para contingências -** Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

- **Nota explicativa nº 27 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para

suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

5 Caixa e equivalentes de Caixa

Descrição	2023	2023
Caixa e banco	40.746	38.464
Aplicações financeiras (a)	6.484	55.636
Total	**47.230**	94.100

(a) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Durante o exercício de 2024 as aplicações renderam em média 153% do CDI. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos de investimentos e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados à taxa próxima ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) através de bancos de primeira linha e que possuem liquidez diária.

6 Contas a receber

	Notas	2024	2023
Serviços de bilhetagem eletrônica	(a)	15.719	2.156
Vendas em terminais eletrônicos (ATM's)	(b)	9.186	9.275
Vendas EMV	(b)	7.668	4.275
Rede de vendas e outros canais	(b)	3.431	4.748
Venda de Licença de Uso de Software	(c)	2.460	-
Contas a receber com partes relacionadas	(d)	85	73
		38.549	**20.527**

(a) Serviços de bilhetagem eletrônica referem-se a contas a receber de clientes relacionados à gestão das operações de bilhetagem e rede de vendas para comércio de créditos eletrônicos.

(b) Vendas com obrigação de repasse dos produtos TOP, bilhete único e QR Code. As vendas são efetivadas por nossa rede de vendas, canais físicos e/ou digitais. EMV é um canal físico que possibilita aos clientes a utilização do transporte através da tecnologia EMV, ou seja, aproximando seu cartão bancário, débito e/ou crédito, na catraca da CPTM, Metro ou Ônibus da região metropolitana.

(c) Comercialização do software de bilhetagem eletrônica (SBE) e Receita de Sublocação de hardware (validadores) decorrente da expansão.

(d) Transações referem-se a saldos a receber de Operadoras Municipais de transporte, conforme contratos firmados entre as partes, pela gestão do sistema de venda de créditos eletrônicos, gestão de caixa, bilhetagem e remição. Esses clientes foram considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass.

Considerando os saldos registrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Administração avaliou a perda estimada com créditos sobre contas a receber e concluiu que não há necessidade de constituição desta provisão, visto que os títulos a receber vencidos são de clientes considerados partes relacionadas por pertencerem a acionistas do Grupo Mondopass. Os recebimentos de clientes são feitos substancialmente através de efetivo de caixa ou recebimentos através de cartões de créditos. Os recebíveis com obrigação de repasse possuem em média recebimento em D+2.

7 Outros créditos

	2024	2023
Adiantamentos à fornecedores	11.071	4.458
Mútuo a receber	13.573	-
Outros créditos	718	623
	25.362	5.081
Circulante	25.336	5.063
Não circulante	26	18

8 Impostos a recuperar

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social	4.934	6.189
Antecipação imposto de renda e contribuição social	-	5.327
Imposto de renda - Aplicações financeiras	2.103	762
Saldo Negativo CSLL	2.115	-
PIS e COFINS	3	2
Impostos Retidos	-	42
Outros tributos	3	137
	9.158	12.459
Impostos a recuperar	9.158	7.132
Imposto de renda e contribuição social	-	5.327

9 Partes relacionadas

As transações de saldos de partes relacionadas referem-se a saldos a receber conforme abaixo:

	Nota	2024	2023
Contas a receber operadoras transporte intermunicipal (a)	6	85	73
Serviços de bilhetagem eletrônica (b)	6	1.828	1.162
Mútuo a receber	7	13.573	-
Mondopass S.A.	7	28	-
Mondo Holding S.A.	7	17	16
		15.531	**1.251**

(a)

(b) Valores a receber do cliente CMT referente a prestação de serviços referente as utilizações do produto BOM. Esse cliente é considerado parte relacionada por pertencer ao mesmo acionista do Grupo Mondopass.

	2024	2023
Resultado:		
Receita de Serviços operadoras transporte intermunicipal	13	169
Receita de serviços de bilhetagem eletrônica (d)	2.372	2.361
	2.385	**2.530**

Remuneração aos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, benefícios e dividendos fixos no montante de R$ 8.629 e R$ 4.684, respectivamente.

10 Propriedades para investimento

A Companhia recebeu unidades comerciais como pagamento pela venda de um terreno de sua propriedade em dezembro de 2018. Essas unidades foram inicialmente registradas pelo seu valor justo na data da aquisição, no montante de R$ 2.870, e posteriormente mensuradas pelo modelo de custo. No exercício de 2024, uma avaliação realizada por especialistas imobiliários externos e independentes determinou que o valor justo atual das propriedades para investimento está acima do valor contábil.

11. Imobilizado

Descrição	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 31/12/2024**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido 31/12/2023**
Móveis e utensílios	1.899	(542)	1.357	733	(467)	266
Instalações	845	(793)	52	836	(716)	120
Máquinas e equipamentos	35.069	(10.778)	24.291	35.054	(7.589)	27.465
Equipamentos de informática	8.041	(6.453)	1.588	7.595	(5.884)	1.711
Benfeitorias em bens de terceiros	464	(461)	3	464	(460)	4
Imobilizado em andamento	141	-	141	162	0	162
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	17.157	(1.743)	15.414	4.334	(2.745)	1.589
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	19.289	(7.696)	11.593	17.053	(4.071)	12.982
	82.905	(28.466)	54.439	66.231	(21.932)	44.299

Descrição	**Saldo em 31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2022**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2023**
Móveis e utensílios	733	1.198	(32)	1.899	718	15	-	733
Instalações	836	9	-	845	836	-	-	836
Máquinas e equipamentos	35.054	21	(6)	35.069	34.676	378	-	35.054
Equipamentos de informática	7.595	455	(9)	8.041	7.348	247	-	7.595
Benfeitorias em bens de terceiros	464	-	-	464	464	-	-	464
Imobilizado em andamento	162	-	(21)	141	-	532	(370)	162
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	4.334	17.157	(4.334)	17.157	4.150	184	-	4.334
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	17.053	7.586	(5.350)	19.289	22.930	13.352	(19.229)	17.053
	66.231	26.426	(9.752)	**82.905**	**71.122**	**14.708**	**(19.599)**	**66.231**

Depreciação do ativo imobilizado	**Saldo em 31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2024**	**Saldo em 31/12/2022**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2023**
Móveis e utensílios	(467)	(99)	24	(542)	(424)	(43)	-	(467)
Instalações	(716)	(77)	-	(793)	(631)	(85)	-	(716)
Máquinas e equipamentos	(7.589)	(3.192)	3	(10.778)	(4.398)	(3.191)	-	(7.589)
Equipamentos de informática	(5.884)	(574)	5	(6.453)	(5.199)	(685)	-	(5.884)
Benfeitorias em bens de terceiros	(460)	(1)	-	(461)	(450)	(10)	-	(460)
Direito de uso de arrendamentos (imóveis)	(2.745)	(2.104)	3.106	(1.743)	(1.694)	(1.051)	-	(2.745)
Direito de uso de arrendamentos (máquinas e equipamentos)	(4.071)	(6.638)	3.013	(7.696)	(16.813)	(6.132)	18.874	(4.071)
	(21.932)	(12.685)	6.151	**(28.466)**	**(29.609)**	**(11.197)**	**18.874**	**(21.932)**
Imobilizado líquido	44.299	13.741	(3.601)	**54.439**	41.513	3.511	(725)	**44.299**

12 Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2024	Custo	Amortização acumulada	Líquido 31/12/2023
Licença de uso de software	17.715	(12.006)	5.709	11.505	(8.795)	2.710
Softwares desenvolvidos internamente (a)	167.527	(84.332)	83.195	132.546	(57.092)	75.454
	185.242	(96.338)	88.904	144.051	(65.887)	78.164

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Licença de uso de software	11.505	6.570	(360)	17.715	9.361	2.144	-	11.505
Softwares desenvolvidos internamente (a)	132.546	34.981	-	167.527	103.367	31.126	(1.947)	132.546
	144.051	41.551	(360)	185.242	112.728	33.270	(1.947)	144.051

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Amortização de licença de uso de software	(8.795)	(3.271)	60	(12.006)	(7.465)	(1.330)	-	(8.795)
Amortizações softwares des. internamente	(57.092)	(27.240)	-	(84.332)	(15.287)	(42.601)	796	(57.092)
	(65.887)	(30.511)	60	(96.338)	(22.752)	(43.931)	796	(65.887)
Intangível líquido	78.164	11.040	(300)	88.904	89.976	(10.661)	(1.151)	78.164

(a) Os principais softwares desenvolvidos internamente referem-se ao projeto QRCode, destinado ao desenvolvimento da leitura do QRCode nas bilheterias, projeto TOP, cartão múltiplo, dotado de tecnologias que possibilita sua utilização no sistema de bilhetagem e ao mesmo tempo com as funcionalidades de débito e crédito, possibilitando aos usuários inclusão a serviços financeiros e o 411 (antigo 822) destinado ao desenvolvimento de software de integração do sistema de bilhetagem.

13 Bilhetagem eletrônica

	2024	2023
Saldo de bilhetagem eletrônica com rede de vendas	2.589	1.512
Saldo de bilhetagem eletrônica com Sp Trans	877	3.710
Saldo de bilhetagem eletrônica com ABASP	25.837	39.263
	29.303	44.485

14 Fornecedores

	2024	2023
Infraestrutura e tecnologia da informação	5.196	5.045
Serviços	19.186	18.212
Insumos na prestação de serviços	361	55
Publicações e marketing	994	558
Aluguéis a pagar	1.108	704
Serviços de transportes	139	129
	26.984	**24.703**

15 Obrigações tributárias e trabalhistas

	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social retidos	648	441
Imposto sobre serviços - ISS	522	953
PIS e COFINS	987	3.445
Outros tributos a recolher	314	449
Obrigações tributárias	**2.471**	**5.288**
Provisão para férias	1.899	1.365
INSS	1.011	773
FGTS	324	255
Participação nos lucros ou resultados	1.221	3.533
Obrigações trabalhistas	**4.455**	**5.926**
	6.926	**11.214**

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia, por meio dos bancos Itaú, Bradesco e Santander, emitiu o montante de R$ 120.000 em Debêntures em dezembro de 2020 a ser pago ao longo de 5 anos através de amortização mensal com início em março de 2021.

Em outubro de 2022, a Companhia captou junto ao banco Santander e a Empresa Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda. R$ 10.000 e R$ 5.000, respectivamente. Em junho de 2023, a Companhia quitou a dívida de R$ 5.419 junto a empresa Metra. O empréstimo com o Santander tem vencimento para outubro de 2027.

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de debêntures é de R$ 23.199 (R$ 48.505 em 2023).

Saldo em 31 de dezembro 2022	**84.571**
(+) Provisão de juros	12.401
(-) Pagamentos de principal	(30.263)
(-) Pagamentos de juros	(12.948)
(+) Amortização de custos de captação	1.529
Saldo em 31 de dezembro 2023	**55.290**
Circulantes	25.725
Não circulantes	29.565
(+) Provisão de juros	6.914
(-) Pagamentos de principal	(27.169)
(-) Pagamentos de juros	(6.957)
(+) Amortização de custos de captação	1.529
Saldo em 31 de dezembro 2024	**29.607**
Circulantes	24.098
Não circulantes	5.509

16.1 Período e Fluxo de Pagamento Debêntures

					Período de pagamento	
Emissora	**Instituição financeira**	**Valor contratado**	**Data de contratação**	**Valor liberado**	**Início**	**Fim**
Autopass	Itaú, Bradesco e Santander	120.000	dezembro de 2020	120.000	março de 2021	novembro de 2025

				Saldo da dívida	
Garantias	**Finalidade**	**Custo da dívida (a.a.)**	**Forma de pagamento**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Cash colateral e garantia real + fidejussória	Projeto Paulistão	CDI + 3,75%	mensal	23.199	48.505

Fluxo de pagamentos por Ano	**Amortização (a)**
2025	23.199
	23.199

(a) O fluxo de pagamentos contempla o valor da amortização do principal e os juros a incorrer até a liquidação.

16.2 Garantias debêntures (reapresentado)

As garantias do empréstimo são: garantia real, com garantia adicional fidejussória e *cash colateral* no montante de R$ 11.722 (R$ 14.551 em 31 de dezembro de 2023).

16.3 Covenants financeiros

A Companhia está sujeita a razão entre a dívida financeira líquida e EBITDA inferior a 2,0 (dois inteiros) o qual deverá ser anualmente calculado pela emissora ao término de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2024, foi feita a apuração referente a este exercício social e a Companhia apresenta índice de alavancagem negativo de (1,6), ou seja, um caixa superior ao saldo de dívidas a pagar. Isso demonstra a conformidade com o índice requerido de 2,0.

16.4 Empréstimos e financiamentos

						Período de pagamento	
Instituição	**Valor contratado**	**Data de contratação**	**Custo da dívida (a.a.)**	**Forma de pagamento**	**Valor liberado**	**Início**	**Fim**
Santander	10.000	outubro de 2022	Pré-fixada de 1,54% a.m	Mensal com carência de 12 meses	10.000	outubro de 2022	outubro de 2027

Fluxo de pagamentos por Ano	**Amortização (a)**
2025	2.301
2026	2.771
2027	2.737
	7.809

(a) O fluxo de pagamentos contempla o valor da amortização do principal e os juros a incorrer até a liquidação.

17 Passivos de arrendamento

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	**Imóveis**	**Máquinas e equipamentos**	**Total**
Saldo em 31.12.2022	**2.933**	**6.466**	**9.399**
Adições (a)	222	13.349	13.571
Baixas	-	(327)	(327)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	168	711	879
Baixa por pagamento principal	(997)	(6.030)	(7.027)
Baixa por pagamento juros	(150)	(780)	(930)
Saldo em 31.12.2023	**2.176**	**13.389**	**15.565**
Adições	17.157	7.506	24.663
Baixas	(1.712)	(2.463)	(4.175)
Juros apropriados no exercício (Resultado)	2.670	2.142	4.812
Baixa por pagamento principal	(601)	(6.027)	(6.628)
Baixa por pagamento juros	(1.589)	(2.142)	(3.731)
Saldo em 31.12.2024	**18.101**	**12.405**	**30.506**
Circulantes	1.060	5.919	6.979
Não circulantes	17.040	6.487	23.527

(a) As parcelas a pagar dos novos contratos estão a valor presente com a aplicação da taxa de desconto de CDI anual mais GIRO de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o montante de R$ 5.370 (R$ 4.720 em 31 de dezembro de 2023) referente a arrendamentos de espaços e equipamentos de tecnologia. Esses contratos foram classificados como arrendamentos operacionais, pois não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 06 (R2).

A análise de maturidade dos contratos, prestações não descontadas e conciliadas com os saldos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 é conforme segue:

Maturidade dos contratos			
Vencimento das prestações	**Valor nominal**	**Juros embutidos**	**Total**
2025	10.928	(3.949)	6.979
2026	10.143	(2.890)	7.253
2027	4.074	(2.205)	1.869
2028	3.600	(1.971)	1.629
2029	3.600	(1.720)	1.880
2030	3.600	(1.431)	2.169
2031	3.600	(1.096)	2.504
2032	3.600	(711)	2.889
2033	3.600	(266)	3.334
Saldo do passivo de arrendamento	**46.745**	**(16.239)**	**30.506**

18 Adiantamento de clientes

Descrição	**2024**	**2023**
Adiantamentos recebidos Mastercard (a)	22.467	25.926
Total	**22.467**	25.926
Circulante	3.458	3.458
Não circulante	19.009	22.468

(a) A Companhia desenvolveu o projeto TOP em parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Pefisa"). A Parceria entre Autopass e Pefisa consiste na combinação de esforços para a divulgação e comercialização de produtos e serviços da Pefisa para a base de clientes da Autopass. Para isso foi emitido o cartão múltiplo chamado "TOP". Esse cartão é dotado de características e tecnologias que possibilitam sua utilização ininterrupta no sistema de bilhetagem gerido pela Autopass e de serviços financeiros e de pagamentos amparados pela Pefisa. Para esse cartão atender a oferta de serviços financeiros, fez-se necessário a utilização de uma Bandeira. Logo, a Autopass (sem Pefisa) fechou o contrato com a Mastercard para atender essa obrigatoriedade da operação. A Bandeira Mastercard fatura e remunera a Autopass sob o volume transacionado de compras e oferece outros incentivos em forma de consultorias por essa parceria. Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu R$ 31.600 de incentivos da Mastercard, dos quais estão reconhecidos, no resultado de 2024, o montante de R$ 3.458 (R$ 2.713 em 2023), na linha de receitas operacionais, de acordo com a vigência do contrato de 10 anos.

19 Outras contas a pagar

	2024	**2023**
Contas a Pagar Contrato Parceria Pefisa (a)	52.965	33.195
Outras Contas a Pagar	259	311
	53.224	**33.506**
Circulante	259	311
Não circulante	52.965	33.195

(a) Decorrente do contrato de parceria com a Pefisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Pefisa") para desenvolvimento do projeto TOP, onde a Pefisa efetua todos os investimentos para ofertar os produtos financeiros à carteira de clientes do transporte público. Conforme previsto em contrato, a Autopass não tem obrigatoriedade de fazer desembolsos financeiros, no entanto, é responsável por compensar os resultados negativos da parceria com os lucros futuros, aos quais tem direito a 51%. Em 31 de dezembro de 2024, a parceria apresentou prejuízo acumulado de R$ 75.330 (R$ 50.038 em 31 de dezembro de 2023), logo, a Companhia registrou a obrigação para compensação com lucros futuros de R$ 52.965 (R$ 33.195 em 2023), sendo R$ 37.665 (R$ 25.019 em 2023) correspondente a 50% do resultado negativo e R$ 15.300 (R$ 8.176 em 2023) de juros pelo financiamento da operação pela Pefisa.

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 31 de dezembro de 2024, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R$ 50 (R$ 56 em 2023). A Companhia não apresenta depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A Companhia provisionou também, referente a possível risco fiscal relativo a ISS, o montante de R$ 249 (R$ 699 em 2023). A composição encontra-se detalhada abaixo:

	2023	**Adições**	**Reversões**	**2024**
Fiscal	699	-	(450)	249
Trabalhista	-	-	-	-
Cível	56	9	(15)	50
	755	**9**	**(465)**	**299**

	2022	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**2023**
Fiscal	1.362	7	(670)	-	699
Trabalhista	4	149	(153)	-	-
Cível (a)	1.711	225	(126)	(1.754)	56
	3.077	**381**	**(949)**	**(1.754)**	**755**

Em 31 de dezembro de 2024, a Autopass tem contra si processos judiciais classificados por seus advogados com perda possível no montante total de R$ 7.824, sendo R$ 1.998 processos trabalhistas, R$ 1.382 processos cíveis e R$ 4.444 processos tributários.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 09 de janeiro de 2023, foi capitalizado os adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R$ 4.034, realizados em agosto e outubro de 2022, com emissão de 4.034.025 novas ações ordinária, sem valor nominal. Portanto em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social é R$ 59.779, composto de 60.302.159 ações, sendo 60.278.804 são ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal e 23.355 ações preferenciais sem valor nominal (56.268.134 em 2022, sendo 56.244.779 ações ordinárias e 23.355 preferenciais), integralmente detidas pela Mondopass S.A.

Em 17 de dezembro de 2024 a Companhia recebeu R$ 13.400 de adiantamento para futuro aumento de capital de sua acionista Mondopass para posterior capitalização através de criação de novas ações ordinárias.

b. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado na rubrica de “reserva legal” o valor de R$ 6.658 (R$ 6.098 em 31 de dezembro de 2023).

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2024, foi distribuído R$ 6.585 a título de dividendos aos Administradores da Companhia.

d. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado na rubrica de "reservas de lucros" R$ 30.146 (R$ 26.080 em 2023).

e. Reserva de lucros não realizados

A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício itens que não tiveram efeito caixa para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou como reserva de lucros não realizados, o ganho na operação de permuta com bens do ativo imobilizado. Os valores declarados em 2024 e 2023 é de R$ 2.213.

f. Outras reservas - Registro da transação de créditos entre acionistas

Em 20 de dezembro de 2016, a Interpass Participações S.A. (controladora anterior da Companhia), celebrou acordo junto à Mondopass S.A. para a venda integral das participações societárias mantidas pela Companhia na Promojet Gestão S.A. e Bom Mob Telecom S.A. Como a Interpass Participações S.A. possuía saldo a pagar para a Companhia, alienou a participação societária para a Mondopass S.A. mediante a assunção da dívida por esta última. Em virtude desse registro de transação de crédito entre acionistas, o saldo a receber da Companhia junto à Mondopass S.A. foi reclassificado para a rubrica "Outras Reservas" no Patrimônio líquido (em virtude da intenção de incorporação ao capital social da Companhia), no montante de R$ 24.366.

22 Instrumentos financeiros

Valor Justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

		31/12/2024		31/12/2023		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.746	40.746	38.464	38.464	Nível II	Custo amortizado (i)
Aplicações financeiras (equivalente de caixa)	5	6.484	6.484	55.636	55.636	Nível II	Valor justo por meio do resultado (i)
Caixa restrito		6.960	6.960	14.551	14.551	Nível II	Custo amortizado (i)
Contas a receber	6	38.549	38.549	20.527	20.527	Nível II	Custo amortizado (i)
Conta corrente com partes relacionadas	9	45	45	16	16		
Passivos financeiros							
Fornecedores	14	26.984	26.984	24.703	24.703	Nível II	Custo amortizado (i)
Bilhetagem eletrônica	13	29.303	29.303	44.485	44.485	Nível II	Custo amortizado (i)
Outras contas a pagar	19	53.224	53.224	33.506	33.506	Nível II	Custo amortizado (i)
Passivo de Arrendamento	17	30.506	30.506	15.565	15.565	Nível II	Custo amortizado (i)
Empréstimos, financiamentos e debentures	16	29.607	33.323	55.290	62.202	Nível II	Valor justo por meio do resultado (i)

(i) Para esses instrumentos financeiros, a Companhia acredita que o custo amortizado se aproxima do valor justo e, portanto, nenhuma outra consideração foi tomada pela Administração.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial são referentes aos saldos de caixa e equivalentes, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, contas correntes com partes relacionadas, assim como fornecedores, bilhetagem eletrônica, outras contas a pagar e passivo de arrendamento não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2024.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis);

a. Fatores de risco que podem afetar os negócios

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez (i)
- Risco de mercado (ii)
- Risco de crédito (iii)

(i) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, buscando melhorar o grau de alavancagem financeira. A Companhia monitora os ativos e passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024, conforme fluxo financeiro contratual.

Em 31 de dezembro de 2024	**Até 1 ano**	**1 a 2**	**3 a 5**	**>5**	**Total**
Fornecedores	26.984	-	-	-	26.984
Empréstimos, financiamentos e debêntures	25.500	2.771	2.737	-	31.008
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	29.303	-	-	-	29.303
Outras contas a pagar	259	-	52.965	-	53.224
Passivo de Arrendamento	6.979	7.253	5.378	10.896	30.506

Em 31 de dezembro de 2023	Até 1 ano	1 a 2	3 a 5	>5	Total
Fornecedores	24.703	-	-	-	24.703
Empréstimos, financiamentos	27.254	28.229	2.737	-	58.220
Bilhetagem eletrônica - Venda de créditos	44.485	-	-	-	44.485
Outras contas a pagar	311	-	33.195	-	33.506
Passivo de Arrendamento	8.098	10.479	-	-	18.577

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimo e financiamento e debêntures junto às instituições financeiras e está exposta a taxas de juros. O saldo das aplicações financeiras, inclusive as que constam classificadas na rubrica de caixa e equivalentes de caixa (nota 5), somados ao caixa restrito, são indexados pelo CDI, neutralizando parcialmente o risco de taxa de juros. Vale ressaltar que a Companhia não sofre impactos de variações cambiais, pois as suas operações e transações são todas realizadas na moeda local (real).

(iii) Risco de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, o Grupo possui uma base reduzida de clientes, esses clientes também atuam como fornecedores e em função disso, reduz a sua exposição a riscos de crédito, bem como a Companhia realiza de forma contínua análises de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros e a exposição máxima ao risco de crédito é conforme segue:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	47.230	94.100
Caixa restrito	6.960	14.551
Contas a receber, líquidas	38.549	20.527
Conta corrente partes relacionadas	45	16

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

- Análise de sensibilidade das aplicações financeiras - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração a incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

  Análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos e debêntures – Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos empréstimos financeiros, as quais a Companhia estava exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2024, foi extraída a projeção do indexador Meta Taxa Selic e, assim definindo-o como cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário, foi calculada os juros para o período de um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando para um ano e verificando a sensibilidade da Selic com cada cenário.

			Projeção Receita Financeira - um ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	**Posição em 31/12/2024**	**Cenário Provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
			12,15%	**6,08%**	**9,11%**	**15,19%**	**18,23%**
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	6.484	788	394	591	985	1.182

			Projeção Receita Financeira - um ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	**Posição em 31/12/2024**	**Cenário Provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
			12,15%	**6,08%**	**9,11%**	**15,19%**	**18,23%**
Aplicações financeiras (Caixa Restrito)	CDI	6.960	846	423	634	1.057	1.268

				Projeção Empréstimo Financeiro - um ano			
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	**Posição em 31/12/2024**	**Cenário Provável**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
			12,15%	**6,08%**	**9,11%**	**15,19%**	**18,23%**
Debêntures	CDI	23.199	2.819	1.409	2.114	3.523	4.228

			Projeção Receita Financeira - um ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	**Posição em 31/12/2023**	**Cenário Provável 9,00%**	**Cenário I (-50%) 4,50%**	**Cenário II (-25%) 6,75%**	**Cenário III (+25%) 11,25%**	**Cenário IV (+50%) 13,50%**
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	55.636	5.007	2.504	3.755	6.259	7.511

			Projeção Receita Financeira - um ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	**Posição em 31/12/2023**	**Cenário Provável 9,00%**	**Cenário I (-50%) 4,50%**	**Cenário II (-25%) 6,75%**	**Cenário III (+25%) 11,25%**	**Cenário IV (+50%) 13,50%**
Aplicações financeiras (Caixa Restrito)	CDI	14.551	1.310	655	982	1.637	1.964

			Projeção Empréstimo Financeiro - um ano				
				Risco de redução		Risco de aumento	
	Indexador	**Posição em 31/12/2023**	**Cenário Provável 9,00%**	**Cenário I (-50%) 4,50%**	**Cenário II (-25%) 6,75%**	**Cenário III (+25%) 11,25%**	**Cenário IV (+50%) 13,50%**
Debêntures	CDI	48.505	4.365	2.183	3.274	5.457	6.548

- Gestão de risco de capital – Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de pontos de vendas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

  A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

23 Receitas

	Notas	2024	2023
Bilhetagem eletrônica	(a)	217.933	236.809
Taxa de credenciamento	(b)	53.135	49.661
Comissão sobre a venda de crédito Bilhete Único	(c)	15.183	16.269
Taxa de emissão 2ª via cartões e taxa de entrega	(d)	3.349	3.390
Licença de uso de software e locação de hardware	(e)	2.855	-
Outras receitas	(f)	3.622	3.526
		296.077	309.655
(-) Deduções da receita e tributos		(33.793)	(36.906)
Receita líquida		262.284	272.749

(a) Serviços de gestão de operações de créditos eletrônicos. A principal variação desta linha decorre devido a uma previsão contratual com a ABASP de um baseline mínimo mensal de 58.000.000 de transações, logo em julho de 2023 ocorreu uma receita de 17.057 decorrente ao não atingimento desse baseline mínimo.

(b) Taxas de credenciamento pelas vendas de créditos vale-transporte às empresas;

(c) Receita oriunda do credenciamento junto à SPTRANS;

(d) Prestação de serviços cobrados na emissão da 2ª via dos cartões eletrônicos e tarifa na entrega domiciliar do cartão;

(e) Comercialização do software de bilhetagem eletrônica (SBE) e Receita de Sublocação de hardware (validadores) decorrente da expansão.

(f) Receita de acordo com o contrato com a Mastercard.

24 Informações sobre a natureza das despesas (custos e despesas)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação de custos e despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas, reconhecidos na demonstração do resultado, são apresentadas a seguir:

	Notas	2024	2023
Despesas de serviços especializados (a)		(114.025)	(109.001)
Despesas administrativas (b)		(7.800)	(2.704)
Despesas com pessoal		(25.386)	(23.614)
Benefícios com funcionários		(9.230)	(7.167)
Despesas com publicidade e propaganda		(13.924)	(5.487)
Consultorias e auditoria		(4.375)	(4.655)
Amortização de Direito de Uso - Arrendamento mercantil		(8.742)	(7.181)
Depreciação e amortização (c)	3.1	(34.454)	(47.947)
Custos com expansão e operação (d)		(4.239)	(4.858)
		(222.175)	(212.614)
Custo dos serviços prestados		(161.685)	(166.202)
Gerais e administrativas		(46.566)	(40.925)
Vendas e marketing		(13.924)	(5.487)
		(222.175)	(212.614)

(a) Refere-se a preponderantemente manutenção de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação.

(b) Refere-se a despesas com itens administrativos, despesas condominiais, serviços de consultoria administrativa e financeiras.

(c) Durante o exercício de 2023 a Companhia revisitou sua estratégia de negócio e decidiu substituir a tecnologia de validação de bilhetes eletrônicos atualmente utilizada para uma tecnologia própria. Com isso, a vida útil dos projetos QR Code e TOP foi estimada até agosto de 2024 reduzindo o prazo anteriormente previsto e aumentando a amortização do período.

(d) Refere-se a custos com emissão e entrega de cartões, com transporte de valores e custos para manutenção e reparo nos Terminais de Atendimento.

25 Outras despesas e receitas

	2024	2023
Outras Despesas		
Obrigação com contrato Pefisa	(19.768)	(19.064)
Reversão recebível processo ITS	-	(9.520)
Provisão para perda recebível Itasaúde	-	(3.254)
Exploração de base de informações sistema BOM	(1.750)	-
Outras despesas	-	(131)
Total outras despesas	**(21.518)**	**(31.969)**
Outras Receitas		
Reembolso despesas ABASP (a)	-	15.376
Acordo de Cooperação - Riocard	-	1.000
Outras receitas	94	634
Total outras receitas	**94**	**17.010**

(a) A Autopass é responsável pela operacionalização da bilhetagem decorrente do contrato estabelecido com a ABASP, logo isso impacta em custos da operação. No entanto, a pedido do cliente ABASP, vários custos adicionais e ou extraordinários ao fluxo normal da operação foram incorridos, os quais foram ressarcidos pelo cliente.

26 Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras		
Encargos bancários	(204)	(175)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.914)	(12.401)
Custos de captação de empréstimos e financiamentos	(1.529)	(1.529)
Despesa com juros de arrendamento	(4.812)	(879)
Outras despesas financeiras	(672)	(427)
Total das despesas financeiras	(14.131)	(15.411)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	3.468	7.509
Outras receitas financeiras	943	429
Total das receitas financeiras	4.411	7.938
Resultado financeiro, líquido	**(9.720)**	**(7.473)**

27 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social é como segue:

a. Apuração pelo lucro real

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.961	37.662
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(3.047)	(12.805)
Adições/(Exclusões) permanentes líquidas	(262)	(866)
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05 (a)	5.500	7.406
Outros	59	174
	2.250	(6.091)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	(422)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	2.250	(5.669)
	2.250	(6.091)

(a) A Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05, possibilita a utilização para fins de dedução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social todos os gastos, de projetos que atendam às premissas da Lei do Bem, registrados no intangível. No entanto, quando esses projetos entram em operação e passam a ser amortizados, faz se necessário neutralizar o efeito dessa amortização, pois já foi totalmente utilizada no primeiro momento pelo custo original.

b. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo circulante

	2024	2023
Provisão para participação nos resultados	1.221	3.533
Provisões diversas	35.301	29.051
IFRS 16	3.500	995
Lei de Inovação e Tecnologia nº 11.196/05	(29.126)	(29.126)
	10.896	**4.453**
Imposto Diferido - 34%	3.705	1.514
Base Prejuízo Fiscal IRPJ	30.129	29.956
Base Prejuízo Fiscal CSLL	30.960	30.787
Imposto Diferido - 25%	7.532	7.489
Imposto Diferido - 9%	2.786	2.771
Total Diferido	**14.023**	**11.774**

Os impostos diferidos ativos de imposto de renda e contribuição social calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais são reconhecidos com base na extensão em que é provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento

e/ou realização das referidas adições das diferenças temporárias, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

28 Eventos subsequentes

Em 20 de janeiro de 2025, a Autopass renegociou o contrato com o banco Santander que tinha vencimento previsto para 07 de outubro de 2027, com uma taxa de 20,13% a.a. liquidando a dívida anterior e captando um novo contrato no montante de R$ 20 milhões a uma taxa de 8,69% a.a. e novo vencimento para 20 de janeiro de 2026.

Em fevereiro de 2025, a Autopass firmou acordo com o banco Daycoval, captando um total de R$ 20,2 milhões reais. O contrato com possui uma taxa de juros efetiva de 20,6776% a.a e vencimento em 18 de agosto de 2025.

Em março de 2025, a Autopass firmou acordos com os bancos Bradesco e Santander, captando um total de USD 13.803.902. Deste valor, USD 6.849.315 foi obtido junto ao Banco Santander, enquanto USD 6.954.587 foi proveniente do Banco Bradesco. Os empréstimos foram convertidos em reais, totalizando R$ 80 milhões, sendo R$ 40 milhões com cada banco. O contrato com o Banco Santander possui uma taxa de juros prefixada de 6,5705% a.a., com vencimento em 02 de março de 2026. Já o contrato com o Banco Bradesco possui uma taxa de juros prefixada de 6,5366% a.a., com vencimento em 05 de setembro de 2025.

* * *

Rodney Sarracino de Freitas
Diretor Presidente

Genilda Barbosa Sousa
Gerente Contábil e fiscal
CRC SP-279051/O-5